

Vivácqua taxa PDU de um plano mais que irreal

Ao proferir palestra na tarde de ontem durante o seminário sobre o Plano Diretor Urbano na Câmara de Vitória, o arquiteto Marcelo Vivácqua taxou o plano de irreal, comparando-o a uma "ditadura de Estado", ou o "inferno diário entre o comunismo e uma direita extrema".

Segundo Marcelo Vivácqua, com o Plano Diretor Urbano, "apresenta-se uma idéia mestra na qual não se admitem modificações, ou seja, ou se é contrário ou favorável a ela. Com isso — afirmou — será dada uma abertura aos corruptos".

Ao fazer essa afirmativa, o arquiteto referiu-se à soberania do Conselho para a aplicação do Plano Diretor Urbano em todas as decisões, aprovando ou não as construções no centro da cidade, dentro dos critérios estabelecidos através do Plano.

Ele salientou que não concorda com quaisquer dos itens do Plano, justificando com o fato de que as tendências de Vitória nos seus 420 anos de existência não são essas que se apresentam com a nova proposição. Para o arquiteto, "é mais viável deixar a cidade seguir o rumo que ela mesma quer e não forçar para que caminhos diferentes sejam tomados".

PARTICIPAÇÃO

Um dos fatores que ele contesta é a forma como foi elaborado o Plano Diretor "sem a participação do povo e das pessoas que tenham interesse no assunto". Na sua opinião, o Plano foi feito para receber sugestões mas já em forma de uma lei.

— Se pelo menos se tratasse de um esquema que pudesse receber pelo menos as emendas necessárias, garanto que não prejudicaria em muito toda a população, que embora esteja envolvida, não foi consultada — acrescentou.

PREJUÍZOS

Segundo o arquiteto Marcelo Vivácqua, caso seja aprovado e aplicado o Plano Diretor Urbano, "em uma área de 80 por cento de todos os terrenos de Vitória não será possível realizar construções".

O artigo 89 do PDU, exemplificou o arquiteto, determina que apenas prédios de três andares poderão ser

construídos em Vitória, podendo ser construído ainda mais um andar de pilotis e acima somente haverá o aproveitamento de 40 por cento, ocupando cem por cento do terreno.

"Isso elimina qualquer terreno de 11 a 12 metros", asseverou Vivácqua, considerando então o Plano de "uma ditadura ou então o intermediário do comunismo e a direita extrema".

Como exemplo, "das deficiências do Plano", o arquiteto citou a cidade de Brasília, onde segundo ele, mesmo com o planejamento, problemas são apresentados nas super-quadras. "Isso — disse — decorre da sua má utilização, porque embora seja uma cidade feita para o ser humano, ninguém dispensa a utilização do automóvel".

— Portanto, salientou, não concordo com a existência de um Plano Diretor, mas acho que deve haver uma diretriz determinada com um acompanhamento como se fosse policiada. Não se justifica o PDU, uma vez que um plano desses tem que modificar um plano de obras e em toda a área urbana.

— Também — asseverou Marcelo Vivácqua — para proibir um proprietário de construir em seu terreno, a Prefeitura tem de desapropriar o terreno efetuando o pagamento refetente ao valor na hora, porque para a proibição simplesmente, como se propõe o plano, teria de ser mudada até mesmo a Constituição Federal, que garante os direitos do cidadão.

Falou também da necessidade de criação de polos de desenvolvimento, o que, para ele, somente é possível com a ocupação de áreas, mesmo as consideradas fora do alcance do sistema habitacional, a exemplo do que ocorreu no bairro Jardim Camburi, "onde há alguns anos apenas areia era encontrada".

Um dos "principais prejuízos", no entender do palestrante serão os próprios trabalhadores da área da cons-



O arquiteto Marcelo Vivácqua falou ontem contra o PDU.

trução civil. "Se o projeto de lei for aprovado — garantiu — ocorrerá o desemprego em massa porque será de 70 por cento a queda no mercado da construção civil.

— O que torna o PDU mais grave é o que diz respeito a construções no centro da cidade. Segundo o Plano além de somente poderem ser construídos edifícios com três andares, deverá haver um recuo de 50 por cento na frente da construção, o que não é admissível, mesmo porque adensar o centro é um problema e se partirmos para o outro extremo será agravada a situação.

IAB FAVORÁVEL

Durante os debates que contaram com a participação de proprietários de empresas imobiliárias, de técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves, do secretário e engenheiros de Obras da Prefeitura Municipal de Vitória e dos

políticos, um arquiteto membro do Instituto de Arquitetos do Brasil disse que a posição de Marcelo Vivácqua com relação ao PDU não corresponde a do IAB.

Em resposta, Marcelo Vivácqua disse: "Desde a minha época de estudante discordava em muitos pontos com o Instituto de Arquitetos do Brasil e continuo afirmando que o Plano Diretor Urbano é pura e simplesmente de elite e foi feito em um gabinete sem se consultar o povo".

O secretário de Obras, Laerce Machado, da Prefeitura Municipal de Vitória, afirmou então: "O principal objetivo do Plano é ordenar o crescimento de Vitória, preservando a qualidade de vida dos que moram nos morros e mangues e paralisando os aterros no mar, pois entende que se continuarem as obras de aterro indiscriminadas um dia o mar responderá com ira", finalizou.